

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATALÃO/GO
Ref.: Edital de Pregão Eletrônico nº 90078/2025
Processo Administrativo nº 2025025305
A/c: Ilustríssimo Senhor Pregoeiro

RECURSO ADMINISTRATIVO

A empresa Itograss Agrícola Alta Mogiana Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 62.046.735/0047-96, com endereço na Rod Br 497 - Uberlândia A Prata Km 38, S/N – Zona Rural – Uberlândia/MG, neste ato representada por seu representante legal, o Sr. Mauricio Ercoli Zanon, portador da Cédula de Identidade nº 19.661.403 – SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 246.287.138-12, vem, respeitosamente, na forma do Edital do Pregão Eletrônico nº 90078/2025, bem como da legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021, e dentro do prazo legal, à presença de Vossa Senhoria, a fim de interpor RECURSO ADMINISTRATIVO contra a decisão que declarou a Recorrente inabilitada no certame supracitado, pelos motivos que passa a expor:

I– DA TEMPESTIVIDADE:

O presente recurso é tempestivo, tendo em vista que a Recorrente manifestou sua intenção de recorrer em 03 de outubro de 2025, dentro do prazo legal estabelecido no edital e em conformidade com o disposto no art. 165, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

II– DOS FATOS:

A Recorrente participou regularmente do Pregão Eletrônico nº 90078/2025, apresentando proposta e demais documentos de habilitação.

Contudo, foi declarada inabilitada sob a justificativa de não ter anexado a Certidão Negativa Municipal dentro do prazo estabelecido pelo sistema.

Ocorre que, dentro do prazo regular previsto no edital, a empresa solicitou expressamente a prorrogação de prazo para envio da documentação, por meio do chat oficial do sistema eletrônico da licitação, conforme comprovam as mensagens enviadas às 11h25min e 12h08min do dia 30/09/2025.

O pedido foi realizado com base no item 10.7 do edital, que dispõe:

10.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados por meio do sistema, em formato digital, pelo licitante vencedor, no prazo de até **2 (duas) horas**, prorrogáveis por igual período, após solicitação no sistema eletrônico.

A solicitação foi devidamente registrada no sistema, portanto dentro do canal oficial, cumprindo integralmente a exigência editalícia.

Ainda assim, o pedido não foi apreciado pelo pregoeiro, resultando na inabilitação da empresa — fato que configura cerceamento do direito de participação, uma vez que a prorrogação solicitada tempestivamente era perfeitamente cabível e amparada no próprio edital.

30/09/2025 12:08:31	PARTICIPANTE 586	Estamos em contato também com a prefeitura pois esta com instabilidade na emissão da certidão municipal, solicitamos por gentileza prorrogação
30/09/2025 11:25:31	PARTICIPANTE 586	Por gentileza, solicitamos prorrogação para envio da documentação, o motivo é que o responsável está em viagem, estamos aguardando ele conseguir acessar para assinar a proposta ajustada
30/09/2025 11:24:32	PARTICIPANTE 586	Bom dia, tudo bem?

III– DO DIREITO:

a) Da previsão expressa de prorrogação e do atendimento pela Recorrente

O item 10.7 do edital prevê a possibilidade de prorrogação do prazo para envio da documentação, desde que o pedido seja formulado “no sistema eletrônico”.

A Recorrente cumpriu rigorosamente essa exigência ao registrar o pedido no chat do lote, ferramenta integrante do próprio sistema eletrônico da licitação.

Assim, não há como se alegar descumprimento formal, pois o pedido foi feito por meio oficial, dentro do prazo e devidamente justificado.

b) Da boa-fé e da razoabilidade administrativa

A Recorrente agiu em boa-fé, comunicando previamente a necessidade de prorrogação, motivada por fatores alheios à sua vontade — a instabilidade do sistema de emissão da certidão municipal e a ausência temporária do responsável legal para assinatura digital dos documentos.

Diante disso, caberia à Administração, em observância aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e ampla competitividade, apreciar o pedido antes de aplicar penalidade de inabilitação.

O Tribunal de Contas da União já consolidou entendimento de que o gestor deve evitar a desclassificação de licitantes por meras falhas formais, quando estas não causam prejuízo à isonomia nem comprometem o interesse público (TCU – Acórdão nº 2622/2013 – Plenário).

c) Da preservação da competitividade e do interesse público

A inabilitação da Recorrente, fundada unicamente na ausência momentânea de um documento cuja apresentação foi obstada por questão de prazo, não atende ao interesse público, uma vez que o documento existe, está regular e poderia ser apresentado imediatamente após a apreciação do pedido.

A Administração deve privilegiar o julgamento objetivo e o resultado mais vantajoso, em conformidade com os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

IV– DOS PEDIDOS:

Diante de todo o exposto, requer-se:

O conhecimento e provimento do presente recurso administrativo, reformando-se a decisão que declarou a Recorrente inabilitada;

O reconhecimento da validade e tempestividade do pedido de prorrogação formulado no chat do sistema eletrônico, conforme previsão expressa do item 10.7 do edital;

A reabertura do prazo para envio da Certidão Municipal, possibilitando o regular prosseguimento da Recorrente no certame;

Caso não haja reconsideração, que o recurso seja encaminhado à autoridade superior, para análise e deliberação nos termos da legislação vigente.

Nestes termos,

P. deferimento.

Batatais, 08 de outubro de 2025.

ITOGRASS AGRICOLA ALTA MOGIANA LTDA
MAURICIO ERCOLI ZANON
Gerente/Procurador
RG nº 19.661.403-SSP-SP | CPF nº 246.287.138-12